

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEIDIANE DE OLIVEIRA

OS DESAFIOS DO MERCADO DE TRABALHO PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA

CURITIBA

2021

LEIDIANE DE OLIVEIRA

OS DESAFIOS DO MERCADO DE TRABALHO PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Angela Welters

CURITIBA

2021



## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o panorama da juventude brasileira de 14 a 29 anos, sob a perspectiva da evolução do mercado de trabalho nos anos de 2012 e 2018. Os principais pontos levantados foram as questões das juventudes como uma forma de construção e sua heterogeneidade, as dificuldades para uma inserção ao mercado de trabalho de qualidade. Assim como também foi abordada as segmentações do mercado de trabalho, no que diz respeito as desigualdades verificadas no mercado de trabalho, pode-se verificar uma precarização no mercado de trabalho como um todo, mas para os jovens ocorreu de forma muito mais expressiva, variações mais significativas na ocupação, desocupação, subutilização da força de trabalho. Pode-se verificar as desigualdades no âmbito salarial, onde a remuneração média é muito inferior a remuneração dos adultos. Entre os setores de atividade, o de comércio permanece como o setor que apresenta o maior ingresso da juventude brasileira. A existência das lacunas no mercado de trabalho, somadas às dificuldades de segurar formação educacional de qualidade impossibilitam, em grande parte, a geração de trabalho decente para esses jovens. Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADC) do IBGE para os anos de 2012 e 2018, compilados na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2020). Palavras-chave: Juventude. Inserção ao mercado de trabalho. Precarização. Educação.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the panorama of Brazilian youth aged 14 to 29 years, from the perspective of the evolution of the labor market in the years 2012 and 2018. The main points raised were the issues of youth as a form of construction and its heterogeneity, the difficulties in entering the job market with quality. As well as the segmentation of the labor market, with regard to the inequalities found in the labor market, it can be verified a precariousness in the labor market as a whole, but for young people, variations occurred in a much more expressive way. more significant in occupation, unemployment, underutilization of the workforce. It can be verified the inequalities in the salary scope, where the average remuneration is much lower than the remuneration of adults. Among the sectors of activity, the trade sector remains the sector with the greatest entry of Brazilian youth. The existence of gaps in the labor market, added to the difficulties of securing quality educational training, largely make it impossible to generate decent work for these young people. Data from the IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADC) for the years 2012 and 2018, compiled in the Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2020), were used. Keywords: Youth. Youth labor market integration. Precarious conditions. Education.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO, DA POPULAÇÃO DE 14 A 29 ANOS. BRASIL, 2012-2018.....	22
GRÁFICO 2 – TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO, POR GRUPO DE IDADE. BRASIL, 2012-2018.....	26

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – INDICADORES SELECINADOS DO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO DE 14 ANOS OU MAIS. BRASIL, 2012 E 2018.....	22
TABELA 2 – POPULAÇÃO OCUPADA DE 14 ANOS OU MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE. BRASIL, 2012 E 2018.....	23
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS DE 14 A 29 ANOS, OCUPADOS NA SEMANA DE REFERÊNCIA NAS GRANDES REGIÕES. BRASIL, 2012 E 2018.....	24
TABELA 4 – RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL HABITUALMENTE RECEBIDO POR MÊS PELAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA. BRASIL, 2012 E 2018.....	25
TABELA 5 – TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO FAIXAS DE IDADE, BRASIL 2012 E 2018.....	26
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS. BRASIL, 2012 E 2018.....	27
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DESOCUPADA POR TEMPO SEM TRABALHAR E PROCURANDO TRABALHO. BRASIL, 2012 E 2018.....	28

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>JOVENS E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>11</b>
2.1	SOBRE AS JUVENTUDES.....	11
2.2	INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO.....	13
<b>3</b>	<b>A JUVENTUDE COMO PROMESSA OU PROBLEMA.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL NO BRASIL.....</b>	<b>21</b>
4.1	INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL DE 2012 A 2019 .....	22
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Castro e Macedo (2019), a temática juvenil ganhou maior notoriedade na agenda brasileira em 1990, com o surgimento de diversos estudos dessa população e como um reflexo da Constituição de 1988, a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Este último, serviu como base para a implementação do Estatuto da Juventude em 2013, através da lei Nº 12.852, o que trouxe importantes reflexões sobre a participação do jovem na sociedade e como eles geram demandas específicas para o Estado. Apesar do ECA e o Estatuto da Juventude trazerem a perspectiva de direitos aos jovens, eles ainda estão sujeitos a vulnerabilidades e a desigualdades sociais específicas da idade.

Essas desigualdades podem ser manifestadas no âmbito do trabalho, pois sabe-se que existe a crise de escassez de trabalho no Brasil, segundo o Ipea, em 2021, a taxa de desocupação da população mais jovem chega a 29,5%, sendo a parcela da população que enfrenta as condições mais desfavoráveis no mercado de trabalho. Desigualdades essas que não exclusivas da juventude brasileira, de acordo com a Organização internacional do trabalho (2020), existem cerca de 110 milhões de jovens na América Latina e no Caribe que sofrem com as altas taxas de desemprego, desocupação e informalidade, sendo a última a mais expressiva, atingindo 62,4% dos jovens.

O ingresso ao mercado de trabalho com uma ocupação precária ou extensos períodos de desemprego devido à baixa qualificação podem ser refletidas sobre o futuro profissional (Picanço, Soares, Menezes, Rocha, 2015). A isso, pode-se somar a vulnerabilidade no contexto recessivo que acometeu o país a partir de 2014, segundo Pochmann (2018) os jovens foram os mais impactados pelo desemprego, dos 6,1 milhões de pessoas que passaram a ter idade ativa (14 anos ou mais), 4,8 milhões de pessoas (78,6% do total) constituíram a População Economicamente Ativa (PEA) e 1.3 milhão de indivíduos (21,4% do total) não ingressaram na PEA. Ainda, quando se fala da estrutura etária da população, é importante salientar o momento que estamos atravessando, o bônus demográfico. Alves e Cavenaghi (2017) afirmam que existe o fim precoce deste, pois o país enfrenta a pior recessão da história, com a taxa de ocupação abaixo do pleno emprego, o que se configura no “desperdício” do que consideram como o “melhor momento demográfico”.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho para os jovens de 14 a 29 anos de idade, entre os anos de 2012 e 2018, segundo os dados fornecidos pela Síntese de Indicadores Sociais - SIS, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua.

Este trabalho está dividido em três capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo aborda a problemática da inserção dos jovens no mercado e o que se entende por juventude. O segundo capítulo, traz a discussão sobre as desigualdades no mercado de trabalho e de acesso a melhores oportunidades de trabalho, bem como a permanência no sistema educacional e o que leva os jovens a adiantar sua entrada para o mercado de trabalho. O terceiro capítulo, procura mostrar diferentes dimensões associadas ao que se entende pela deterioração do mercado de trabalho para os jovens, a partir dos Indicadores estruturais do mercado de trabalho, da ocupação, do percentual da população desocupada por tempo sem trabalhar que estão procurando trabalho, a subutilização da mão de obra e segundo as Grandes Regiões a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADC) do IBGE para os anos de 2012 e 2018, compilados na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2020).

## 2 JOVENS E SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

No segundo capítulo, o primeiro item pretende resgatar o conceito de juventude, buscando explorar na literatura o que se entende por essa fase, pretendendo assim, determinar a faixa etária que será aplicada ao longo deste trabalho.

No segundo item, aborda-se a problemática inserção laboral da juventude brasileira, o que permite entender como esse fenômeno transcende o econômico e se instala como uma dinâmica que estabelece diferenças entre os jovens.

### 2.1 SOBRE AS JUVENTUDES

Embora esteja-se falando de um setor específico da população que está localizado dentro de certas faixas etárias, existem fatores sociais e culturais que permitem uma maior amplificação das diferenças, o que torna difícil até mesmo vê-los como um grupo único. Nesse sentido, para a Organização Internacional do Trabalho (2009), a juventude pode ser compreendida por diversos sentidos:

Pode ser vista como período de transição para a vida adulta, ou como momento presente, único, particular e especial do ciclo de vida das pessoas. Tanto em um como em outro caso, ao analisar a juventude, é necessário levar em conta a heterogeneidade e os diferentes padrões vivenciados por distintos grupos de jovens, assim como o fato de que os processos tradicionais de transição ao longo do ciclo de vida dos indivíduos estão se tornando cada vez mais complexos. (OIT, 2009, p. 23).

Assim como a OIT, Zappaz (2019) também considera a heterogeneidade dos jovens, para o autor essa população configura uma categoria que dentro dela apresenta diferenças, gera demandas e necessidades da sociedade e do Estado. O período juvenil é reconhecido como por ser uma fase em que o indivíduo começa a desenvolver sua personalidade de forma mais definida, que isso deve ser entendido e ligado ao ambiente social e cultural em que atua:

Com estudos que envolvem a juventude, autores como Juarez Dayrell (2003) e Regina Novaes (2006) assinalam a juventude como sendo uma construção social e cultural, não sendo possível ater-se apenas em definições exclusivas de critérios de caráter biológico, psíquico e/ou jurídico. [...] A juventude, marcada pelas tensões das representações simbólicas e culturais, mostra suas multifacetadas formas de ser e de agir, no instante em que se coloca em relação com seus pares e com o meio em que se movimenta (ZAPPAZ, 2019, p.5).

Ainda sobre o jovem em seu contexto social, Nunes e Weller (2014) refletem sobre os “vínculos sociais”, técnicos e humanos que não são suficientes quando se observa a complexa relação da juventude, enxergam essa fase como um período vertiginoso e tenso entre o mundo globalizado e as possibilidades que eles têm, assim como o espaço a ocupar na estrutura social. Essas diferentes modalidades de ser jovem são de acordo com o contexto e variáveis socioculturais. Segundo os autores:

As mudanças vividas nas últimas décadas exigem. Portanto, uma reflexão mais dinâmica sobre as juventudes contemporâneas, não somente voltada para a compreensão dos significados e valores que instituições tradicionais desempenham ou deixam de desempenhar em suas vidas, mas sobretudo para o agir cotidiano dos/as jovens, que não tem que estar necessariamente vinculado a um tipo de ação racional imputado de um sentido específico (NUNES, WELLER, 2014, p.54)

O Estatuto da Juventude (2013, p.29), através da Lei 12.852/2013 destaca uma visão diferenciada deste grupo e a partir daí encontra preocupações e formas de compreensão dos jovens no que diz respeito a “programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos aos jovens de todas as raças e etnias”, supõe ser impossível falar deles como um corpo unitário, pois suas inserções estruturais são múltiplas, portanto, suas observações da realidade que habitam e que vivem serão diferenciadas.

Vieira (2008, p.29) explica como as mudanças sociais afetam a “despadronização” da transição à vida adulta, sobretudo na economia globalizada, pois essa “se altera sob a lógica da simultaneidade, do instantâneo, do virtual e do real. Isso abala os velhos fundamentos de continuidade, linearidade e sequência previsível dos eventos ao longo do curso da vida”. O que permite reforçar que falar da juventude como uma única categoria seria inadequada, pois é possível encontrar diferentes convenções e discursos culturais quando se fala de juventude, ou seja, cada sociedade define o curso de idade pela qual se tem acesso à maturidade de acordo com o segmento social a qual pertence.

Quanto à cronologia da juventude, Sposito, Souza e Silva (2018) definem a juventude como um período de opiniões e atitudes decisivas para os estágios posteriores de desenvolvimento do ser humano. De acordo com os autores, constituem um grupo heterogêneo, internamente diferenciados em grupos de idade, de 15 a 17 anos; 18 a 24 anos; e de 25 a 29 anos, este último se refere à transição para a fase adulta. Por outro lado, em 1985, para a Assembleia Geral das Nações

Unidas, a referência de idade é delimitada por pessoas entre 15 e 24 anos, mas, devido às diferenças psicossociais, estabelece uma subdivisão na qual consideram como crianças pessoas de até 18 anos. Ainda, segundo o estatuto da juventude, em termos de faixas etárias, o período de juventude é considerado como o período compreendido entre 15 e 29 anos devido à demora em assumir papéis de adulto, muitas vezes causadas pelas dificuldades de entrar no mercado de trabalho faz com que no Brasil o período se estenda a 29 anos de idade (Castro e Macedo, 2019).

Para efeito deste trabalho, se considerou os jovens entre 14 e 29 anos, pelas seguintes observações: como posto acima, a juventude é considerada múltipla e heterogênea; devido a ampliação dos anos de estudo pela sociedade; conforme a regulamentação da Lei de Aprendizagem, a partir dos 14 anos já é possível trabalhar na condição de aprendiz; e a partir da disponibilidade dos dados da PNADC nos resultados da Síntese de Indicadores Sociais - SIS, que compreende a faixa etária de 14 a 29 anos.

## 2.2 INSERÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

O difícil ingresso dos jovens no mercado de trabalho vem sendo registrado na literatura especializada. Existem diversas abordagens da inserção do jovem ao mercado de trabalho, dessa forma, foi destacado alguns autores que abordam esse processo como inserção, transição ou trajetórias.

A inserção laboral dos jovens constitui-se num processo dinâmico que articula oportunidades existentes no mercado de trabalho e habilidades nelas adquiridas que permitam prover os recursos próprios ou familiares. Além das difíceis trajetórias de acesso ao trabalho, eles se encontram mais suscetíveis a maiores taxas de desemprego, maiores chances de estabelecer contratos temporários, informalidade, “formas de trabalho de curta duração, baixa remuneração, concentrado” (GUIMARÃES, 2016, p. 17).

Para Sarriera, Câmara e Berlim (2010) os caminhos para a inserção laboral que os jovens seguem não são aleatórios, suas características psicossociais afetarão a forma como a sua trajetória de trabalho se desenvolve. Precisa-se destacar ainda, que as características dos processos de inserção não afetarão apenas os próprios jovens, mas também terão um impacto social como um todo e em seu entorno familiar. Eles trazem a importância dessa inserção como um projeto social:

Preparar os jovens para uma inserção ocupacional bem-sucedida, implica, segundo Depolo, Fraccaroli e Sarchielli (1993), em capacitá-los para tarefas como: o desenvolvimento de novas capacidades e conhecimentos, a modificação de certas representações sociais e atitudes em relação ao trabalho e a definição de um novo equilíbrio entre metas relativas à profissão e às extra-profissionais. O fato de inserir-se no mercado laboral contribui para o estabelecimento de relações sociais, dos processos de identificação e do reconhecimento de pertinência a uma sociedade. (SARRIETA, CÂMARA MARA e BERLIM, 2000, p.190).

É assim que na visão de Coelho e Aquino (2006, p.72), atualmente há um atraso na transição dos jovens para a vida adulta devido às dificuldades em estabelecer uma independência familiar e ao prolongamento do período dedicado à formação. Por outro lado, eles apontam que sob o rótulo de jovem, abrange uma grande heterogeneidade de situações em função dos diferentes itinerários de inserção social e profissional. Abordam o comportamento conflitivo entre jovens e o mercado de trabalho, para eles “é fundamental rever os modelos e as culturas de organização do trabalho” e suas barreiras, o que reflete sua fragilidade diante do mercado de trabalho, além desse grupo ser muito mais vulnerável aos altos e baixos da economia e ao comportamento do mercado.

Guimarães, Marteleto e Brito (2018, p. 29-71) realizaram um estudo sobre as transições e trajetórias no desenvolvimento social dos jovens no mercado de trabalho. O estudo, com o objetivo identificar os roteiros de inserção na vida adulta levando em consideração aspectos como o primeiro emprego, interrupções na carreira, mudanças de status, autonomia financeira e vida familiar. O estudo mostra que juntamente com a via tradicional de entrada na vida adulta (fim dos estudos, primeiro emprego, independência familiar, vida como casal) existem formas alternativas de inserção social e trabalhista. Especificamente, os seguintes são identificados como cursos alternativos: 1. Na identificação de “padrões de percurso” dos jovens; 2. Na exploração das “associações entre padrões e perfis”; 3. Na exploração das “dinâmicas da parentalidade e das uniões maritais nos percursos dos jovens”; 4. Na “alocação de tempo entre estudo e trabalho de jovens”. Em suma, a dinâmica das trajetórias que os jovens percorrem até alcançar o seu status de adulto é cada vez mais diversificado, tem uma duração mais longa e se distanciam cada vez mais dos meios tradicionais.

Conforme descrito anteriormente, alguns autores incluem a inserção laboral em um processo mais amplo de transição da juventude para a vida adulta. Nela se verifica que as dificuldades que os jovens encontram em seu processo de integração na força

de trabalho têm consequências importantes sobre eles de acordo com as diferentes etapas do desenvolvimento do ciclo de vida que acontecem. Sobre os diferentes ciclos de vida, no estudo de Cobo e Saboia (2010, p.10), se observa que a idade em que os jovens saem da residência familiar e se instalam na própria residência tende a aumentar ou relata os casos de pessoas que simplesmente optam por residir permanentemente na casa dos pais, o que os autores se referem como “o prolongamento da adolescência”, o que se relaciona com as mudanças de comportamento da sociedade.

Essas mudanças que se observam no processo de inserção ao mercado de trabalho, também podem ser relacionadas pelas diversas condições contratuais de trabalho que existem hoje. Ademais, pessoas que possuem a renda mais alta, são as que mais estabelecem contratos de trabalho formais. Bem como, são estes com renda mais elevada que têm uma busca mais ativa quando há o aumento da oferta de trabalho, atribui-se a isso, que suas condições permitem uma inatividade mais longa pela espera de uma conjuntura econômica mais oportuna (Guimarães, Marteleto e Brito, 2008).

Para Tommasi e Corrochano (2020), o ingresso ao mercado de trabalho depende de aspectos conjunturais favoráveis, mas também das políticas de promoção ao emprego que se desenvolvem ou da estrutura local de trabalho. Ainda, os autores ressaltam que o desemprego na juventude é maior do que entre a população em geral, são suscetíveis a maior precariedade e a pior qualidade de trabalho, que define ser um processo complexo para quem decide começar sua vida profissional, especialmente para aqueles com menos experiência e qualificação. Sobre o trabalho precarizado, o autor destaca o aumento do empreendedorismo entre os jovens. Porém, em detrimento das atuais condições de trabalho para o jovem, o autor ressalta que esse empreendedorismo é considerado uma outra forma de precarização.

Quer dizer, a situação de emprego para os jovens representa um desafio em diversas dimensões. No âmbito das políticas públicas voltadas à promoção de emprego para os jovens, a OIT (2009) traz, nesse sentido, que a educação, a qualificação e o crescimento econômico não são suficientes para assegurar o trabalho decente para a juventude

[...] a estratégia de promover o combate à precariedade da inserção juvenil no mundo de trabalho passa, necessariamente, por um modelo de desenvolvimento que gere oportunidades, e inclusão social e econômica para

todos, e que tenha como um de seus eixos a promoção do trabalho decente, com mais e melhores empregos, a redução da informalidade e a ampliação da proteção social (OIT, 2009, p.141).

Entende-se que as diferentes modalidades de ser jovem mudam de acordo com o contexto sociocultural e econômico. Isso têm se articulado em um processo que define as desigualdades a que os jovens estão expostos, a um grupo que se registra como vulnerável não somente a questões de trabalho como também social. Não se espera as políticas resolvam todas as desigualdades a qual os jovens estão expostos, mas deve-se ressaltar o objetivo da promoção de trabalho decente para essa população. Dessa forma, no capítulo seguinte será abordado as desigualdades vinculadas a origem social.

### 3 A JUVENTUDE COMO PROMESSA OU PROBLEMA

O processo de crise no sistema educacional e o mercado de trabalho se encontram diretamente na deterioração das capacidades de integração das novas gerações a participar da vida adulta. As pessoas com maiores níveis de escolaridade ganham mais e são menos propensas ao desemprego. A origem social se relaciona com as possibilidades dos jovens, uma vez que as pessoas matriculadas no ensino superior, em sua maioria são os filhos de pessoas com ensino superior. Sabe-se que o nível de escolaridade condiciona as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, pode-se estar diante de um problema de desigualdade de oportunidades, se a dificuldade de obter acesso ao serviço ou vantagem tiver sido causada, por circunstâncias desfavoráveis (Carvalho e Waltenberg, 2015).

De acordo com a Oxfam (2017), a renda do trabalho aumenta sistematicamente à medida que as pessoas aumentam seu nível educacional. Em particular, aqueles que alcançam o ensino superior completo recebem uma renda até 2,4 vezes maior do que aqueles que possuem o ensino médio completo. Por sua vez, a diferença salarial das pessoas com o ensino médio completo e das pessoas que não concluíram chega a 37%. Ainda, 4 em cada 10 jovens de 15 a 19 anos não terminam o ensino médio.

Para Picanço (2015), o aumento da demanda pelo ensino superior se deu pela expectativa de através de uma qualificação profissional superior e do aumento significativo do reconhecimento social por meio da certificação dos estudos. Embora esse discurso pareça transversal, não é acompanhado por um projeto que permite antever suas possibilidades de realização desde a importante porcentagem na cobertura, não está relacionada a lacunas e desigualdades em oportunidades de acesso.

Nessa perspectiva, jovens com menos recursos parecem ter visto suas possibilidades limitadas ao acesso à educação nos últimos anos, o que amplia a percepção de falta de oportunidades porque a cobertura educacional no país continua a ser inferior nas famílias mais pobres:

A falta de mobilidade ascendente, seja essa de renda, educação ou ocupação, entre os indivíduos de baixa renda tem como consequência o desperdício ou subdesenvolvimento de talentos potenciais (OECD, 2018). A influência das fortes desigualdades sociais nos resultados educacionais implica, irrevogavelmente, que não apenas a capacidade individual, e sim as

características sociais, como desigualdade de renda, restrição ao crédito e investimentos governamentais, afetam o desempenho educacional das crianças (Lee e Lee, 2019; Pfeffer, 2007). A mobilidade intergeracional, nesse sentido, busca analisar a associação e superação do status educacional entre gerações. (FRAGA, PELEGRINI, BAGOLIN, 2020, p.3).

Fraga, Pelegrini e Bagolin (2020), apontam a relação da renda familiar e os anos de escolaridade influenciam no desempenho das crianças. A carência da mobilidade social implica no "desperdício de talentos potenciais", mesmo que não se observe necessariamente ganhos salariais, maiores níveis de educação melhoram as condições de vida e promove oportunidades para as próximas gerações.

Sobre os programas destinados ao desenvolvimento da juventude no Brasil, a OIT (2012) destaca o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), este, com o objetivo de elevar a escolaridade e iniciativas que propõem desenvolvimento profissional para os jovens de baixa renda. Apesar dos objetivos do programa, a evasão escolar no Brasil ainda é muito elevada e representa um grande desafio para o país, entre as principais circunstâncias que se observa que levam ao abandono escolar:

[...] a necessidade de ingresso no mercado de trabalho devido à responsabilidade com o sustento da família, a violência, a maternidade precoce e a falta de serviços e equipamentos públicos de cuidado infantil os problemas familiares, o uso abusivo de drogas e bebidas alcoólicas, as dificuldades de transporte, os problemas com a saúde e a falta de interesse, dentre outros. A situação educacional dos pais, e em especial das mães, também é um fator que afeta a trajetória dos jovens. (OIT, 2012, p. 91).

Na década de 1990, falava-se de uma massificação da educação, de um impacto sobre os jovens em termos de melhoria de suas habilidades e prevenção do abandono escolar. A reforma educacional promovida nos últimos anos tem procurado vincular o sistema educacional aos requisitos e transformações do mundo atual. No entanto, os impactos econômicos para os jovens, especialmente os mais pobres, alteraram seu cenário e os levaram a entrar abruptamente para o mercado de trabalho. A principal motivação dos jovens que abandonaram os estudos foi para obter uma fonte de renda (Simões e Amaral, 2018).

Para Sposito, Souza e Silva (2018), a expansão das matrículas em todos os níveis foi promovida com o propósito de atender a demanda educacional decorrente das mudanças políticas e sociodemográficas, mas salienta que não é a realidade de milhares de jovens:

Por outro lado, os dados das PNADs não deixam de revelar a existência de pouco mais 1,6 milhões de brasileiros de 15 a 17 anos (15,7%) que, em 2014, não frequentavam a escola, dentre os quais apenas 20,3% tinham concluído a educação básica. Além disso, no caso dos estudantes, nota-se a persistência de trajetórias escolares pouco lineares, possivelmente atravessadas por experiências de reprovação ou marcadas por uma relação intermitente com a escola. Mesmo que o período assinala uma melhoria nos indicadores de fluxo escolar, no final da década analisada, entre os estudantes dessa faixa etária, apenas 67,2% estavam no ensino médio (SPOSITO, SOUZA e SILVA, 2018, p. 5).

Neste contexto, existe a categoria dos jovens que não estudam e não trabalham, os "nem-nem"<sup>1</sup>. Sob esta denominação, estão neste grupo aqueles jovens que independentemente do seu nível de estudos, se afastaram do trabalho e educação, que apresentam maior risco de exclusão laboral e social. Em 2016, 2,1 milhões de jovens residentes nas regiões metropolitanas se encontravam nessa situação. A sua grande maioria são mulheres, essa relação com gênero se dá devido à escolha de se dedicarem ao cuidado dos filhos. Esta opção, devido os fatores socioculturais, onde as mulheres ainda são relegadas ao desenvolvimento de atividades específicas do lar (Mesquita, 2018).

Portanto, lidar com o problema da população implica estender o olhar para um somatório de fatores e determinantes que não caracterizam de forma homogênea a essa população:

É necessário, portanto, considerar que sob o rótulo genérico de NEET existem situações muito diversas, caso se queira tomar esse grupo como foco de políticas para a juventude. A identificação a priori como um grupo problemático que conote uma condição socialmente negativa pode significar uma simplificação grosseira daquilo que caracteriza o real motivo de se encontrarem fora da escola e do mercado de trabalho. Além disso, sem que se considere como os próprios jovens avaliam e se sentem na condição que os gestores de políticas e acadêmicos vêm chamando de NEET, pode levar a uma estigmatização que só venha a agravar o sentimento de isolamento e não pertencimento social do jovem. (SIMÕES, 2013, p. 53).

Além disso, o processo de crise no sistema educacional e o mercado de trabalho encontram expressão direta na deterioração das capacidades de integração das novas gerações ao tentar participar da vida adulta. Assim, será avaliada as variações no mercado de trabalho que os jovens vivenciam nos últimos anos, confrontando com as mesmas condições dos demais grupos de idade.

---

<sup>1</sup> Sigla em inglês "NEET" (neither in employment nor in education or training) (SIMÕES, 2013).

#### 4 EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL NO BRASIL

A incorporação ao mercado de trabalho significa um desafio que não é particular da juventude, mas também da população mais amadurecida. Porém, um dos aspectos da juventude é a baixa ou falta de qualificação profissional, isso implica em maior precariedade e a ocupar posições de trabalho que exigem pouca qualificação, essa não é uma característica apenas dos países em desenvolvimento, mas também é um desafio para as economias desenvolvidas.

De acordo com a OIT (2017), globalmente, estima-se que a força de trabalho da população juvenil aumente em 25,6 milhões até 2030. Ainda, um em cada dois jovens participam do mercado de trabalho, em comparação com a população adulta, a probabilidade de um jovem estar desempregado é três vezes maior. Observam que a expectativa é de que a taxa de desemprego entre os jovens na América Latina continue a crescer.

No Brasil, essa tendência global está presente, mas somada a um processo de transformação e crise que deteriorou as condições materiais do crescimento econômico e reprodução social:

O aprofundamento da crise iniciada em 2015 foveceu consistentes evidências de que o Brasil não suplantou as características estruturais de seu mercado de trabalho. A redução da renda das famílias derivada do desemprego, do crescimento da informalidade, da redução dos salários e da desarticulação das políticas de transferência de renda impeliram os jovens ao ingresso no mundo do trabalho a fim de contribuir na recomposição da renda das famílias. (SOUSA e POCHMANN, 2021, p. 63)

O impacto desigual de acordo com a idade no mercado de trabalho brasileiro também pode ser evidenciado a partir dos dados fornecidos pela Síntese de Indicadores Sociais (SIS), que têm como principal fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

A PNAD contínua é composta pela seleção de domicílios, que fornecem uma série de informações. Nessas informações, se reflete a inclusão da população no mercado de trabalho, uma vez que, faz parte desta população todos que estão em idade de trabalhar, ou seja, a população de 14 anos ou mais de idade. Dentro desta população de 14 anos ou mais está a força de trabalho, que corresponde a População Economicamente Ativa (PEA). A força de trabalho equivale às pessoas em situação de ocupação e desocupação na semana de referência.

A partir disso, as pessoas consideradas ocupadas são as que trabalharam pelo menos uma hora completa no trabalho na semana de referência e obtiveram alguma remuneração por essa atividade ou em trabalho sem remuneração direta ou, as pessoas que tinham trabalho remunerado, mas na semana de referência estavam afastados. Como desocupadas, as pessoas sem trabalho que estavam à procura de trabalho durante os últimos 30 dias. Já a subutilização da força de trabalho, é medida pela população desocupada, a subocupada por insuficiência de horas trabalhadas e a população de força de trabalho potencial. (IBGE, 2020). Deste modo, este capítulo tem como objetivo analisar a situação recente da dinâmica de trabalho dos jovens entre 14 e 29 anos.

#### 4.1 INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL DE 2012 A 2018

A taxa de participação pode ser um indicativo da dimensão do mercado de trabalho ou da oferta de trabalho, em geral, se reduz para ambos os grupos analisados ao longo dos anos. A tabela 1 apresenta informações sobre a população ocupada. Segundo ela, em 2012 o nível de jovens ocupados chegava a 52,7%, o único grupo de idade que apresenta o nível de ocupação inferior a dos jovens de 14 a 29 anos é do 60 anos ou mais, mas boa parcela dessa população já encontram-se na condição de aposentados. Em 2018, verifica-se uma queda no nível de ocupação nos grupos de 14 a 29 anos e de 30 a 49 anos, porém essa queda foi mais acentuada (5,8%) para o primeiro o grupo, enquanto para o segundo grupo a queda registrada foi de 0,7%.

Os dados abaixo, que mostram a evolução da taxa de desocupação da população, de 2012 a 2018 a taxa de desocupação elevou-se para toda população acima de 14 anos ou mais, a desocupação entre os jovens passa de 13,2% em 2012, para 22,3% em 2018. A taxa de subutilização da força de trabalho, que também pode ser um indicativo de desemprego, pois engloba o que é definido por desemprego (aberto e oculto)<sup>2</sup> e as pessoas que estão trabalhando menos horas que gostariam. Pode-se observar a mesma tendência de deterioração, com o aumento em todos os grupos. No período, os jovens registram uma taxa de subutilização muito superior aos demais grupos de idade, passa de 26,8% para 38,3%, em 2018. Após o grupo de

---

<sup>2</sup> Desemprego Aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; Desemprego oculto pelo trabalho precário: que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado; Oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses (DIEESE, 2009).

14 a 29 anos, os brasileiros de 30 a 49 foram os que mais se encoram na condição de subutilização com uma taxa de 19,3%. Segundo o IPEA (2020), a maior frequência da saída dos jovens do mercado formal gera um menor incentivo para se investir em treinamento, o que no longo prazo implica em menores níveis de produtividade.

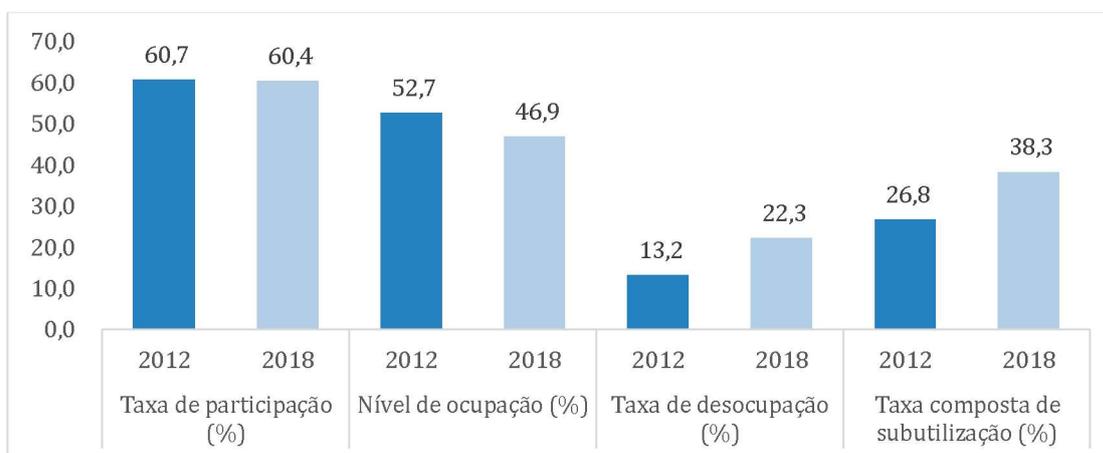
Como o Gráfico 1 mostra, a participação dos jovens no mercado de trabalho chega a 60,7% entre os de 2012 e 2018. Para a classificação dos indivíduos em relação à ocupação, o grupo de jovens, composto por aqueles que tiveram algum tipo de trabalho na semana de referência, representa 46,9% das observações. O grupo composto pelos que estavam em busca de trabalho nos últimos 30 dias passa a representar 22,3%. Quanto à condição de subutilização, verificou-se que 38,3% dos se encontram nesta condição.

TABELA 1 – INDICADORES SELECINADOS DO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO DE 14 ANOS OU MAIS. BRASIL, 2012 E 2018.

Grupos de idade	Taxa de participação (%)		Nível de ocupação (%)		Taxa de desocupação (%)		Taxa composta de subutilização (%)	
	2012	2018	2012	2018	2012	2018	2012	2018
14 a 29 anos	60,4	60,7	52,7	46,9	13,2	22,3	26,8	38,3
30 a 49 anos	81,6	79,1	75,1	74,4	5,0	8,9	14,8	19,3
50 a 59 anos	65,7	63,1	61,1	61,5	3,2	6,4	13,1	16,7
60 anos ou mais	23,9	22,2	21,8	23,0	1,9	3,9	14,3	17,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) laborada a partir da SIS (2020).

GRÁFICO 1 - INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO, DA POPULAÇÃO DE 14 A 29 ANOS. BRASIL, 2012-2018.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020).

A tabela 2, apresenta a distribuição dos jovens ocupados nos setores de atividade, regiões brasileiras e a remuneração média da população de 14 anos ou mais. No caso dos jovens, a distribuição é menor do que a do mercado de trabalho geral, o que indica haver uma preferência relativa por mão de obra de outros grupos etários. A ocupação fornece, assim, avaliações importantes sobre os caminhos trilhados pelos jovens no mercado de trabalho.

Os setores de comércio; alojamento e alimentação; setor da Informação, financeira; outras atividades profissionais; indústria; e outros serviços, segue como os setores com maior participação dos jovens. O setor de comércio serviu como forma de ingresso dos jovens ao mercado de trabalho. Contudo, vale ressaltar que a participação não significou que houve variação na quantidade absoluta de ocupados, mas que a distribuição de ocupados destes setores foi, em relação à proporção no total de ocupados, mais intensa do que nos demais setores.

TABELA 2 - POPULAÇÃO OCUPADA DE 14 ANOS OU MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE. BRASIL, 2012 E 2018. (continua)

Grupos de atividade	2012				2018			
	Grupos de Idade				Grupos de Idade			
	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Agropecuária	26,6	43,6	18,1	11,6	23,8	43,8	20,0	12,5
Indústria	35,2	47,0	12,7	5,1	27,0	50,7	14,7	7,6
Construção	30,1	49,1	14,9	5,8	22,9	51,0	17,9	8,2
Comércio e reparação	39,7	43,8	11,4	5,1	33,4	45,8	13,6	7,2
Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais	24,4	53,9	16,8	4,9	19,3	54,9	18,7	7,0
Transporte, armazenagem e correio	24,9	51,4	16,6	7,1	19,1	53,5	18,3	9,1
Alojamento e alimentação	32,5	45,4	14,4	7,8	30,5	45,1	15,9	8,4
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	35,5	47,1	12,6	4,8	29,1	50,3	14,0	6,6

TABELA 2 - POPULAÇÃO OCUPADA DE 14 ANOS OU MAIS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA E SUA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE. BRASIL, 2012 E 2018. (continuação)

Grupos de atividade	2012				2018			
	Grupos de Idade				Grupos de Idade			
	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Serviços domésticos	21,0	54,6	17,8	6,6	14,6	52,9	23,7	8,8
Outros serviços	33,5	48,1	12,3	6,2	31,2	48,2	13,8	6,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020).

As desigualdades sociais e geográficas constituíram o principal aspecto avaliado nas publicações que empregaram dados da PNAD.

A participação dos jovens no mercado de trabalho foi reduzida em todas as regiões brasileiras, as regiões Norte e Nordeste destacavam-se como as regiões com maior percentual de jovens ocupados. Em 2018, como se vê na tabela 3, a participação as regiões que têm o maior percentual de jovens ocupados é o Norte e Sul, passando de 34,5% para 28,1% e 38,1% para 26,6%, respectivamente. Em síntese, os dados mostram a redução na participação dos jovens em todas as regiões, enquanto os demais grupos de idade avançaram na ocupação ao mercado de trabalho. Ainda assim, a região Sudeste é a responsável por mais de 45,07% do total da população ocupada. A maior taxa de ocupação dos jovens na região Norte, não deve ser considerado necessariamente uma ocupação de qualidade, de acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI parte das famílias que estão em situação próxima a “pobreza absoluta”, insere os filhos precocemente ao mercado de trabalho, o que pode implicar no abandono escolar.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS DE 14 A 29 ANOS, OCUPADOS NA SEMANA DE REFERÊNCIA NAS GRANDES REGIÕES. BRASIL, 2012 E 2018.

Grandes Regiões	2012				2018			
	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
	Percentual							
Norte	34,5	48	12,1	5,4	28,1	50,4	14,9	6,6
Nordeste	32,7	47,9	13,3	6,1	26	51,4	15,7	6,9
Sudeste	29,9	48,2	15,4	6,5	24,8	49	17,2	9
Sul	31,2	46,8	15,8	6,3	26,6	48	17,8	7,6
Centro-Oeste	32	49,6	13,1	5,3	26,1	50,8	15,9	7,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020).

No que tange ao rendimento do trabalho da população nas grandes regiões brasileiras, registra-se as desigualdades em termos salariais entre os grupos de idade e as regiões. A tabela 4 mostra o principal rendimento das pessoas de 14 anos ou mais, é possível observar uma desigualdade regional, além da redução na remuneração média para algumas faixas de idade. A região Norte, houve a redução do salário médio da população de 14 anos ou mais, porém o grupo de idade mais prejudicado foi a dos jovens, com uma redução do rendimento de 5,99%, seguido pela população de 30 a 49 anos, com uma redução de 4,58%; No Nordeste, dois grupos de idade tiveram sua renda média elevada, dos 50 a 59 anos e dos 60 anos ou mais. A situação dos jovens nordestinos é a mais crítica das regiões, pois o rendimento médio é inferior as demais regiões e se encontra abaixo do salário mínimo. No Sudeste, verificou-se a queda no rendimento médio para os grupos de 14 a 29 anos e 30 a 49 anos. Entre as regiões, o Sudeste apresenta a maior remuneração média (3.256), que se encontra na faixa de idade da população de 60 anos ou mais; A região Sul, com exceção a faixa de idade dos jovens, foi a que apresenta um aumento no rendimento médio das pessoas ocupadas. Mesmo que tenha registrado uma queda no rendimento médio, o Sul é a região que possui a melhor remuneração média para os jovens. No Centro-Oeste, o único grupo de idade que elevou sua remuneração média foi a dos 30 a 49 anos. Os grupos de idade que tiveram sua remuneração mais comprometida foi a dos 50 a 59 anos e 60 anos ou mais, com uma queda de 17,7% e 12,965 respectivamente.

TABELA 4 - RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL HABITUALMENTE RECEBIDO POR MÊS PELAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA. BRASIL, 2012 E 2018.

Grandes Regiões	2012				2018			
	Grupos de idade				Grupos de idade			
	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	14 a 29 anos	30 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
	<b>Média</b>							
Norte	1.218	1.961	2.134	2.092	1.145	1.874	2.106	2.085
Nordeste	1.009	1.532	1.853	1.766	1.003	1.592	1.817	1.816
Sudeste	1.653	2.667	3.002	3.071	1.572	2.847	2.946	3.256
Sul	1.657	2.584	2.825	2.780	1.610	2.691	2.831	2.799
Centro-Oeste	1.639	2.707	3.465	3.277	1.591	2.791	2.851	2.852

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020)

A partir dos dados acima, pode-se verificar um maior percentual de desocupação para a população de todos os grupos de idade, o que se configurou na população adulta disputar espaço no mercado de trabalho com os jovens. O que agrava a situação é a menor experiência dos jovens, o que resultou na queda da participação em todos os setores de atividade e queda dos rendimentos médios em todas as grandes regiões brasileiras, o que demonstra a maior vulnerabilidade frente a precarização do mercado de trabalho e limita suas possibilidades.

Faz parte das medidas de subutilização da força de trabalho, a população desocupada, a subocupada por insuficiência de horas trabalhadas e a população de força de trabalho potencial. A tabela 5 mostra tais medidas, a partir da sua leitura, nota-se, o aumento expressivo da taxa de subutilidade, como uma forma expressiva da precarização do mercado de trabalho. A proporção dos jovens subocupados por insuficiência de horas trabalhadas recua em todas as faixas de idade. Em compensação, a taxa de desocupação aumenta para todos os grupos de idade, mas ao comparar o percentual dos jovens que se encontram desocupados em todos os anos com os demais grupos, o nível de desocupação é muito superior. A força de trabalho potencial manteve-se relativamente constante ao longo dos anos. Registre-se que essa elevação ocorreu já em vigor da reforma trabalhista, aprovada em 2017.

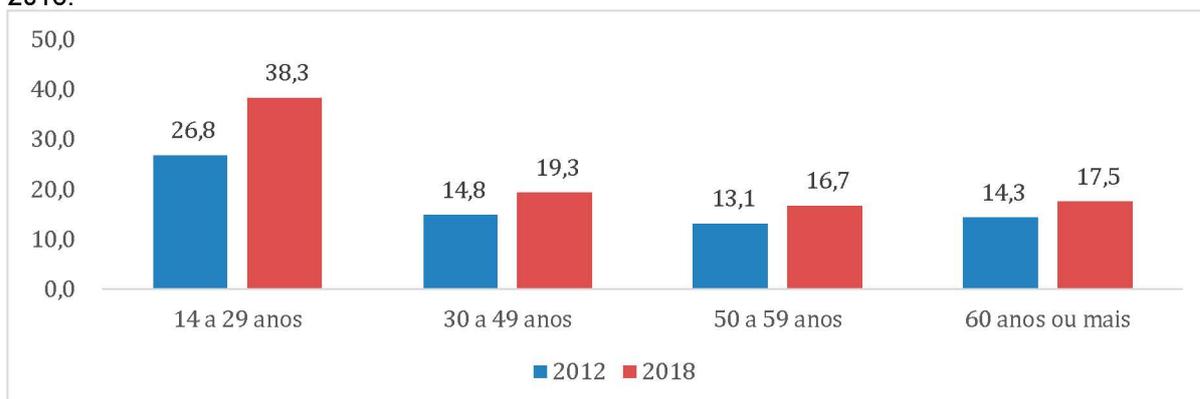
Quanto à subutilização da força de trabalho como um todo, verificou-se que 38,3% dos jovens encontram-se nesta condição. Pelo Gráfico 2, pode-se observar que a maior parte dos que estão na situação de subutilização se encontra na faixa etária entre 14 e 29 anos, seguido pelo grupo adulto entre 30 e 49 anos.

TABELA 5 - TAXA COMPOSTA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO FAIXAS DE IDADE, BRASIL 2012 E 2018.

Grupos de idade	Taxa composta de subutilização		Distribuição percentual dos componentes da subutilização da força de trabalho					
			Insuficiência de horas (1)		Desocupados		FT Potencial	
	2012	2018	2012	2018	2012	2018	2012	2018
14 a 29 anos	26,8	38,3	23,2	18,0	44,9	51,4	31,8	30,6
30 a 49 anos	14,8	19,3	41,3	31,4	32,6	43,7	26,0	24,9
50 a 59 anos	13,1	16,7	44,9	31,9	23,3	36,6	31,7	31,5
60 anos ou mais	14,3	17,5	38,8	26,6	12,3	20,4	48,9	53,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020).

GRÁFICO 2 – TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO, POR GRUPO DE IDADE. BRASIL, 2012-2018.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020).

Quanto a quantidade de horas semanais da população ocupada, entre 2012 e 2018 os trabalhadores com 14 anos ou mais de idade, apresentaram maior redução no tempo médio de trabalho semanal. Em 2018, a média de horas trabalhadas das pessoas ocupadas, de acordo com os dados da tabela 6, para a faixa etária dos 14 aos 29 anos, quanto para a média da população de 14 anos ou mais, estão dentro das 8 horas diárias, ou seja, 44 horas semanais, que são legalmente aceitas. Os jovens de 14 a 29 anos apresentam a média de horas trabalhadas menores que a da população de 14 anos ou mais (15 a 39 horas), mas é importante salientar que a legislação trabalhista para os jovens de 14 a 24 é diferente que para o restante da população, os jovens podem trabalhar na condição de aprendiz. Além da brevidade do tempo de permanência média dos jovens no mesmo trabalho em virtude de que muitos são contratados para postos temporários, especialmente em períodos que há maior sazonalidade da atividade econômica (OIT, 2009).

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS. BRASIL, 2012 E 2018.

Faixa de idade e anos	Até 15 horas	De 15 a 39 horas	De 40 a 44 horas	De 45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
<b>População de 14 anos ou mais</b>						
2012	4,4	22,0	39,4	17,7	16,5	100,0
2018	4,4	21,5	51,2	10,4	12,5	100,0
<b>População de 14 a 29 anos de idade</b>						
2012	4,7	22,8	40,7	19,1	12,7	100,0
2018	5,2	24,2	51,5	10,7	8,4	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020)

Um resultado da maior barreira para a saída da desocupação, é uma maior proporção de jovens nessa situação por longa duração. Os dados da tabela 7, mostram que entre os jovens desocupados, o tempo médio de procura por trabalho aumentou. A proporção daqueles que buscavam trabalho até um ano diminuiu, mas em compensação, o percentual de jovens que buscavam trabalho há mais de dois anos aumentou de 18,4% em 2012 para 23,8% em 2018. Situação semelhante ao grupo de 30 a 49 anos, que registra um acréscimo dos que buscam trabalho há mais de um ano. Segundo Lúcio, Duca e Costa (2018), uma forma de verificar o impacto da crise é o tempo médio que se leva para conseguir um trabalho. A proporção dos jovens que estão à procura de trabalho no longo prazo elevou-se, essa circunstância é preocupante, sobretudo para quem está iniciando a carreira profissional.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DESOCUPADA POR TEMPO SEM TRABALHAR E PROCURANDO TRABALHO. BRASIL, 2012 E 2018.

Tempo sem trabalhar e procurando trabalho								
Grupos de idade	2012				2018			
	Até um mês	Mais de um mês a menos de um ano	De um ano a menos de dois anos	Dois anos ou mais	Até um mês	Mais de um mês a menos de um ano	De um ano a menos de dois anos	Dois anos ou mais
14 a 29 anos	21,3	45,4	14,9	18,4	19,5	39,4	17,3	23,8
30 a 49 anos	18,8	42,1	12,3	26,7	19,0	36,8	14,3	29,9
50 a 59 anos	20,0	36,9	14,0	29,1	18,8	37,0	12,7	31,5
60 anos ou mais	22,7	35,2	9,8	32,3	21,2	30,7	14,8	33,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012 e 2018) elaborada a partir da SIS (2020)

Os dados acima demonstram a situação de descompasso comparado apresentada pelos adultos, pois em todos os graus de análise, apresentam uma estar mais vulneráveis. Isto pode ser justificado pela qualificação, experiência e por questão alheias ao mercado de trabalho, como a legislação trabalhista. As evidências apresentadas neste trabalho descrevem uma forte deterioração das condições de vida e oportunidades. As mudanças nas demandas dos jovens ocorreram concomitante ao processo de desestruturação do mercado de trabalho, conforme indicado anteriormente. O resultado dessa combinação envolve indício de precarização das

relações de trabalho juvenis de modo ainda mais intenso, o que potencializa os dilemas que afligem a juventude brasileira.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema do emprego jovem deve ser enfrentado em primeira instância no sistema educacional em sua relação com o mundo do trabalho. O sistema educacional tem uma função central e não delegável no processo de aquisição pelos jovens das habilidades e atitudes necessárias para uma inserção dinâmica no mercado de trabalho. No mercado moderno ocorre uma mudança que requer cada vez mais preparação para se qualificar para empregos que emergem. Isso reforça a necessidade de maior cobertura da educação primária e secundária para desenvolver habilidades básicas que constituem a base para a especialização.

A melhora da qualidade é um desafio particularmente urgente para os jovens que vêm de famílias pobres que devem superar a desigualdade no acesso a oportunidades. No mesmo sentido, é preciso promover um retorno ao sistema educação formal e estratégias de retenção escolar para jovens, particularmente aqueles de baixa renda.

A trajetória dos últimos anos mostra a diminuição do percentual de jovens que declaram que não trabalham e, da mesma forma, um grande aumento de quem está em busca de trabalho. Este fenômeno representa uma intensificação da vulnerabilidade em um cenário que antes da crise econômica já se caracterizava por altas taxas de desocupação juvenil, chegando a 21,8%, em 2018. Existem dois elementos centrais que caracterizam o cenário atual. Por um lado, prolonga o tempo das situações de desemprego adquirindo a condição de "longa duração". De outro, a grande demanda por emprego e a escassa oferta de empregos alimentam o trabalho precário, uma vez que, 51,6% dos jovens estão à procura de trabalho até um ano.

O agravamento das condições generalizadas de trabalho visto que diante das necessidades, claramente reduz o limite do que é aceitável a quais estratégias são adicionadas a desvalorização sócio-ocupacional. Aspectos como menores oportunidades, falta prolongada de trabalho ou a precariedade podem fazer com que a atual situação de pobreza seja enraizada. A ação de prevenção é especialmente necessária para lidar com reverter roteiros de exclusão.

Nesse contexto global de transformações tecnológicas de alta velocidade, crises prolongadas, vale a pena perguntar então se a maioria desses jovens inevitavelmente se tornará os desempregados do futuro, se não houver uma política

ativa em linha com este novo mundo que tende a gerar empregos de qualidade e estáveis ao longo do tempo.

Espera-se que as políticas públicas brasileiras causem efeitos positivos tanto na estrutura educacional, quanto em projetos de incentivo a continuidade e conclusão da educação e que encorajam o setor privado a contratar jovens e dá-los condições decentes de obterem a primeira experiência, pensando no futuro desses jovens e no desenvolvimento socioeconômico do país.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, D. F. Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 369-396, 2015

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas**. Brasília: Senado Federal, 2013.

COBO, B.; SABOIA, L. A. A “Geração Canguru” no Brasil; **Anais XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP**; Minas Gerais; p. 1-11, 2010.

COELHO, N. R.; AQUINO, B. A. C. Inserção laboral, juventude e precarização. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 275-289, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Principais Conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, 2009 Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2009/200901pedbhz/6.html>> Acesso em: 10/12/2021.

DIÓGENES, D. H. V.; OJIMA, R. Análise do impacto da transição da estrutura etária no consumo de energia elétrica domiciliar do Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 54, p. 428-448, julho/dez 2020.

FRAGA, S, L; PELEGRINI, T; BAGOLIN, P, I. Mobilidade intergeracional de educação de concluintes do ensino superior: uma análise sob a perspectiva de níveis e fatores associados nos anos de 2004 e 2018. **Encontro nacional da ANPEC**: Rio de Janeiro, 2020.

Disponível em: <[https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files\\_/i12-a23ebfa8abfdf96d7d9e112e95a92b21.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_/i12-a23ebfa8abfdf96d7d9e112e95a92b21.pdf)> acesso em 10/12/2021

GUIMARÃES, A. N. Trabalho intermediado, percursos instáveis e sociabilidade juvenil. **Linhas Críticas**, Brasília, vol. 22, núm. 47, p. 15-40, 2016.

GUIMARÃES, A. N; Marteleto Leticia. **Transições e Trajetórias Juvenis no Mercado Brasileiro de Trabalho: Padrões e Determinantes**. Brasília: OIT, 2018.

INPETI: **O Trabalho Infantil na Região Norte do Brasil: uma leitura a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <[https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O\\_Trabalho\\_Infantil\\_no\\_Brasil\\_com\\_Foco\\_na\\_Regi%C3%A3o\\_Norte.pdf](https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O_Trabalho_Infantil_no_Brasil_com_Foco_na_Regi%C3%A3o_Norte.pdf)>. Acesso em 10/12/2021.

LAMEIRAS, P. A. M; CORSEUIL, H. C; RAMOS, L. **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. 2021** Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210927\\_cc\\_52\\_nota\\_30\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_set21.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210927_cc_52_nota_30_mercado_de_trabalho_set21.pdf)>. Acesso em 09/10/2021.

LÚCIO, G. C; FERREIRA, M. F; COSTA, L. P. D. **IMPACTOS DA CRISE NO MERCADO DE TRABALHO: 2014 A 2016**. In: Moretto, A.L. (et. al.) **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza, p. 59-78, 2018.

NUNES, B. F; WELLER, W. A juventude no contexto social contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 9, p. 43-57, 2014.

NUNES, A. B. M; FERNANDES, B. C. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 19, n. 01, p.64-72, 2016.

PICANÇO, F. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 145-179, 2015.

POCHMANN, M. Recessão e Mercado de Trabalho no Brasil. In: Moretto, A.L. (et. al.) **As transformações no mundo do trabalho e o Sistema Público de Emprego como instrumento de inclusão social**. Fortaleza, Instituto de desenvolvimento do Trabalho, 2018.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Crise do emprego juvenil: Desarmando a Bomba-relógio ativada pela pandemia**. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_816644/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_816644/lang--pt/index.htm)>. Acesso em 22/10/2021.

Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Brasília, p. 220, 2009.

OXFAM. **A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras**. Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: <[https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file\\_attachments/relatorio\\_a\\_distancia\\_que\\_nos\\_une\\_170925.pdf](https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/relatorio_a_distancia_que_nos_une_170925.pdf)>. Acesso em 29/10/2021.

RAZA, C; CANTUARIA, L. L; A educação e o jovem frente ao exigente mercado de trabalho brasileiro. **Revista Científica Hermes**, núm. 8, enero-junio, p. 124-139, 2013.

SARRIERA, C. J; CÂMARA, G. S; BERLIM, S. C. Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Rio Grande do Sul, v. 13, n., p. 189-198, 2000.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. IBGE. Rio de Janeiro, p.148, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em 05/12/2021.

SIMÕES, A. Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: uma análise do perfil, determinantes da condição e efeitos do Programa Bolsa Família. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, vol.6, p. 50-79, 2013.

SIMÕES, F. C; AMARAL, S. C. S. A relação entre a escolaridade e a pobreza: uma análise das políticas para democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**. V. 4, N. 2, 2018. Disponível em: <<https://seer.imes.edu.br/index.php/REBES/article/view/2392/2298>.> Acesso em 05/12/2021.

SOUSA, S. J; POCHMANN, M. **Juventude e mercado de trabalho no Brasil: a crise reafirmando o subdesenvolvimento**. Facetas do Trabalho no Brasil Contemporâneo, Campinas, 2021.

SPOSITO, P. M; SOUZA, R; SILVA, A. F. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 44, 2018.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/cdSt3xCththpDM9rwrNGVg/?lang=pt>.> Acesso em 05/12/2021.

TOMMASI, L; CORROCHANO, C. M. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. São Paulo, **Estudos Avançados**. v. 34, n. 99, p. 353-372, 2020.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/7gJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/?lang=pt>.> Acesso em 05/12/2021.

VIEIRA, M. J. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 27-48, 2008.

ZAPPAZ, I. Escola, Trabalho, Lazer e o Conformismo do Sujeito Jovem do ensino médio noturno. 8º **Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação** /5º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação. Canoas, RS, junho de 2019.